



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA POR ATO DO PRESIDENTE Nº 58/2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2021.

Às dezesseis horas do dia quinze de setembro de dois mil e vinte e um, no Auditório da Central de Polícia em João Pessoa-PB, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instituída pelo Ato do Presidente de nº 58/2019, publicado no Diário do Poder Legislativo – DPL de nº 7.745 do dia 17 de maio de 2019, para apurar, debater e indicar política pública de enfrentamento ao feminicídio no Estado. Sob a Presidência da Deputada Cida Ramos, que iniciou cumprimentado todos os presentes, agradeceu a todos pela receptividade, informou que o objetivo da presente reunião será discutir as ações de enfrentamento à violência contra a mulher no Município de Aparecida-PB com as autoridades locais e dos Sistemas de Segurança e de Justiça. Destacou que a presente reunião foi uma solicitação do Município de Aparecida-PB, que é necessário identificar como anda os serviços da rede de proteção no Município. Falou que é uma barbarei social as mulheres serem mortas pelo fato de serem mulheres, e que necessário que todos possam combater essa barbárie. Apresentou dados de números de feminicídios no Estado da Paraíba. Disse que enquanto Presidente da CPI, continua firme para avançar em políticas públicas de combate a violência. Informou que a CPI está em fase final, e que será realizada a oitiva de vítimas de violência doméstica. Concedeu a palavra ao Senhor Francisco, representante do Município de Aparecida, que cumprimentou todos os presentes, disse que nos últimos anos aconteceu o desmonte das políticas públicas, e tem encontrado diversas dificuldades nos

assentamentos. Afirmou que nos últimos dois anos tem trabalhado em um mesmo assentamento no Município de Aparecida, que atualmente tem encontrado apoio do Município de Aparecida. Defendeu que o INCRA deveria ter sido convidado para participar da presente reunião. Falou que a presente reunião é importante, e pediu ajuda de todos os órgãos do Estado para trabalhar no combate a violência doméstica. A Senhora Valéria cumprimentou todos, disse que a gestão do Município de Aparecida se preocupa com o social, e com a possibilidade de acontecerem outros casos. Informou que faz parte de associação que trabalha com o empoderamento feminino, e foi pega de surpresa com a ocorrência dos casos, e que o objetivo de estar na reunião é saber com o poder público pode ajudar o município. A Senhora Cecilia afirmou que os casos são parecidos, e não pode deixar que se repita. Afirmou que existem organizações criminosas na localidade e as mulheres são as vítimas. Questionou o que o Estado pode fazer para ajudar as mulheres a saírem do ciclo de violência. A Presidenta afirmou que a questão agrária em Aparecida é muito forte, que é necessário enfrentar os grupos milicianos. O Senhor Mateus cumprimentou todos, afirmou que a violência contra a mulher é a forma mais grave de violação dos direitos humanos, que não possuem segurança dentro da própria casa. Defendeu a necessidade de acabar com o machismo estruturado, e sugeriu a realização de ações como palestras. O Presidente informou que vai propor realização de reunião da Assembleia no Município de Aparecida. A Senhora Joice cumprimentou todos, disse que a violência domestica não se enfrenta sozinha, que precisa ter uma rede fortalecida, que as mulheres muitas vezes sofrem caladas, que a devido a pandemia as casas abrigos estão cheias devido aos crescentes casos de violência doméstica. Defendeu o fortalecimento da rede local, com realização de levantamento das ações. Destacou que quando a mulher está dentro do serviço de proteção da rede não sofrem feminicídio. Falou que é necessário pensar em políticas públicas dentro do município, que existe trabalho chamado de entrelace que é realizado no Sertão do Estado e pode ser disponibilizado ao Município de Aparecida. Descreveu a forma de atuação do projeto. Informou que será aberta uma casa abrigo na cidade de Souza, que a cidade de João Pessoa possui casa abrigo, e o encaminhamento é realizado pelas delegacias ou CREA. Disse que a Patrulha Maria da Penha será estendida para todo

o Estado. A Presidenta questionou qual o número de mulheres do Município de Aparecida possui medidas protetivas, quando a Patrulha Maria da Penha passará a atuar no Município de Aparecida. Defendeu a realização de trabalho do CRAS com as escolas, divulgação ampla dos serviços, fortalecer a rede local, e realização reunião na cidade de Aparecida. Destacou a necessidade de realização de contato com o Delegado que está a frente dos casos, para buscar informações das motivações dos casos. O Secretário de Segurança informou que em comemoração a Lei Maria da Penha existe operação a nível nacional com diversas incursões. Falou que a maioria dos casos de feminicídios, não existem registros de violência doméstica anterior ao fato, que as testemunhas na maioria dos casos são os familiares, que os familiares precisam ter coragem de denunciar, que muitas mulheres não denunciam em virtude da dependência econômica. Falou que as mulheres que residem nas zonas rurais possuem maiores dificuldades em denunciar, que não dispõe de viaturas em todas as áreas rurais, que a polícia militar esta disposição para realização de ações e palestras, que preciso que a mulher tenha confiança que vai ter proteção do órgão que realizou a denúncia. A Senhora Gabriela explicou o processo de preparação dos policiais para fazerem parte da Patrulha Maria da Penha, e se colocou a disposição do Município de Aparecida para realização de palestras e campanhas educativas. O Prefeito João Neto cumprimentou todos, disse que o clima da comunidade é de revanche familiar em virtude dos casos, que precisa apoio para enfrentar a situação de forma efetiva, que o Município de Aparecida dispõe de uma viatura policial para atender toda a população. A Doutora Renata afirmou que trabalhou em delegacia da mulher no interior e existe muita dificuldade da mulher buscar apoio, que o numero de denuncia tem aumentado e não é o número exato de mulheres que sofrem violência doméstica. Informou os meios de realização de registros de violência doméstica, que é preciso chegar até as mulheres, que a delegacia não consegue de forma individualizada atingir todas as mulheres que são vítimas de violência doméstica, defendeu a necessidade de criação de estratégia para atender todas as mulheres. Se colocou a disposição do Município de Aparecida para ajudar no enfrentamento a violência contra a mulher. A Presidente afirmou que o agente de saúde convive e sabe a realidade da família. O Secretário de Segurança afirmou que o Estado

enfrenta uma grande batalha e que a polícia tem limites, que precisa mobilizar todos os setores, e que o município possui formas de atuação, como a criação de cursos. Destacou a importância de realização de denúncia para poder entrar na rede de proteção, que aconteceu casos de a própria vítima denunciar a equipe policial, que o Estado possui uma das polícias mais preparada e humanizada do país. Colocou a estrutura da Secretaria de Segurança a disposição de todos. A Presidenta afirmou a necessidade do Município discutir de forma detalhada as necessidades, e realização de atuação do Estado com operação para coibir as organizações criminosas. Agradeceu a disponibilidade de todos para a realização da presente reunião. A Presidenta declarou encerrada a presente Reunião. Lavrando a presente Ata o redator Paulo Fernando da Silva, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta, deputada Cida Ramos, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. 15 de setembro de 2021.


Deputada Cida Ramos
Presidenta